

INCONSISTÊNCIA DINÂMICA E CUSTO BRASIL

Márcio G. P. Garcia¹

2/1/97

Nós economistas usamos modelos matemáticos para garantir a coerência de nossos argumentos, os quais, via de regra, envolvem muitas variáveis interrelacionadas. Assim, não é incomum se reconhecerem velhas idéias em modelos novos, estes conduzindo a importantes resultados para a política econômica.

Um desses casos é o que conhecemos por **inconsistência dinâmica**. Segundo o livro-texto, uma decisão de política econômica para um período no futuro é dinamicamente inconsistente quando essa decisão para o futuro é ótima quando ela é tomada no presente, mas deixa de ser ótima no futuro, mesmo que nada de novo ou imprevisto tenha ocorrido. Macroeconomistas na década de 70 modelaram matematicamente tal fenômeno e mostraram que várias políticas macroeconômicas ótimas podem ser dinamicamente inconsistentes.

A idéia de inconsistência dinâmica é velha e pode ser entendida através de um exemplo didático. Suponha que um professor se depare ao final do ano com um índice de reprovação de mais da metade de seus alunos. Suponha também que ele não queira reprovar tantos alunos, porque ache que foi excessivamente duro nas provas ou porque esteja com medo de muitas reclamações dos alunos e de seus pais (o colégio não é tão sério assim!). Assim, ele resolve dar mais uma chance aos alunos reprovados através de uma prova extra a ser realizada em fevereiro.

Do ponto de vista do professor, tal estratégia é ótima, pois evita os custos de reprovar mais da metade dos alunos, e faz com que os alunos aprendam a matéria, caso passem as férias estudando. Sem dúvida, é superior que simplesmente deixar mais da metade dos alunos irem ao pau, desde que os alunos de fato estudem.

Vejamos agora como os alunos reprovados avaliam suas alternativas frente à nova estratégia. Uma opção é abrirem mão da praia e das festas e estudarem para passar na prova extra, aprendendo portanto a matéria e sendo muito provavelmente aprovados. A outra opção é gozarem as férias e serem reprovados. Mas será assim mesmo?

Quando os alunos vêem o professor quebrar as regras previamente estabelecidas para lhes dar uma nova chance, eles rapidamente percebem que o professor não quer tantos reprovados. Assim, se ele está dando uma nova chance agora, caso a situação venha a se repetir, ele também dará uma nova chance no futuro. Portanto, o ótimo é todos irem para a praia e serem novamente reprovados na prova extra, pois o professor provavelmente dará um jeito de aprovar a grande maioria.

Ou seja, apesar de ter sido ótimo para o professor recorrer à estratégia de dar uma nova chance, com a ameaça de reprovar os que não passarem na prova extra—assim pretensamente garantindo o aprendizado e evitando os custos da reprovação em massa—, quando de fato se registra um alto índice de reprovação na prova extra, deixa de ser ótimo para o professor cumprir sua ameaça e reprovar os alunos. Isto porque ele não quer reprovar tantos alunos e reprová-los na prova extra não os faria aprender a matéria.

¹ Professor do Depto. de Economia da PUC-Rio.

Recentemente vimos um episódio semelhante ocorrer na política de comércio exterior do setor de brinquedos. Quando adotou-se a alíquota de 70% para os brinquedos em 4/7/1996, dando mais uma chance para nossa (ineficiente) indústria de brinquedos competir com os importados até o final de 1996, todos já sabiam o que iria ocorrer.

Dada a inconsistência dinâmica da decisão de voltar em 1997 à reduzida alíquota que vigorava previamente, o que deveria ocorrer é o que de fato ocorreu agora, dando à indústria uma nova chance, com o alongamento da proteção até o ano 2000. Os grupos de interesse dizem que a indústria investiu e está se tornando mais eficiente. Ou seja, que os reprovados estão de fato estudando, só precisando de mais tempo para aprender a matéria.

Entretanto, a realidade mundial mostra que as indústrias protegidas não vencem na competição internacional, assim como colégios que costumam quebrar as regras para darem repetidas novas chances aos alunos, acabam por não ensinar nada. Os pais iludidos depois não entendem o porquê da reprovação no Vestibular. É provável que o mesmo aconteça com os brinquedos no ano 2000. Mais grave, hoje anunciou-se que vários outros setores conseguiram pedir “novas chances” e receberam maior proteção tarifária.

Como ensina o prof. Marcelo Abreu, o mais grave de tudo é estender a onda protecionista ao setor de bens de capital. Uma coisa é proteger a indústria de tecido. O dano é se vender tecido caro internamente. Outra é proteger a indústria de teares. O dano é muito maior.

Quando se fala em manter a proteção aos equipamentos de telecomunicações, à revelia do que acontece em todo o mundo, isto tem pesados reflexos sobre toda a cadeia produtiva. Parafrazeando ironicamente um eminente economista, a proteção tarifária indevida aos bens de capital causa na economia *forward linkage defects*.

Os altos custos de nossos serviços de telecomunicações repercutem grandemente sobre os custos de todas as indústrias, encarecendo o produto nacional e prejudicando-o na competição do mercado internacional. É o mesmo efeito de portos caros e demorados, ou de estradas cheias de lombadas e buracos. Quando se fala tanto em reduzir o custo Brasil para, entre outras coisas, aumentar a competitividade das exportações, é preciso dizer ao público quanto cada nova medida protecionista vai custar em termos de aumento do custo Brasil.